

Câmara realiza audiência para colher elementos para votar PLC do PIDS



Moradores de Barão Geraldo e representantes de organizações ambientais participaram ontem da audiência pública sobre o PIDS na Câmara de Campinas; proposta promove mudanças no modelo de parcelamento e uso do solo do distrito

DEBATE PÚBLICO

Audiência sobre PLC do PIDS dá elementos para a Câmara analisar a proposta

Corrente contrária ao projeto manifestou preocupações, mas representantes da Prefeitura garantiram viabilidade do plano

Bruno Luporini
bruno.luporini@rac.com.br

O projeto de lei complementar (PLC) que cria o Polo de Inovação para o Desenvolvimento Sustentável de Campinas (PIDS) foi apresentado e debatido ontem em audiência pública na Câmara de Vereadores. A sessão foi marcada por embates entre as posições das secretarias municipais envolvidas e integrantes da corrente contrária à proposta, formada por parlamentares de oposição e moradores do distrito de Barão Geraldo. Uma segunda audiência pública será marcada pelo Legislativo, com o propósito de ampliar as discussões.

Legislativo decidiu marcar nova audiência antes da votação final

Participaram do encontro de ontem representantes das secretarias municipais de Justiça, Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação, Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo, além do público em geral. O PIDS é um projeto que dispõe sobre o parcelamento do solo em uma gleba de 17,8 milhões de metros quadrados, abrangendo as áreas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e do Ciátec II, PUC-Campinas, Ribeirão das Anhumas, tendo como limite a rodovia SP-340 (Campinas-Mogi Mirim).

Luiz Rossini, presidente da Câmara dos Vereadores explicou durante os trabalhos que "a audiência pública serve para compreendermos melhor quais são os impactos, benefícios e eventuais riscos que o projeto possa trazer, ajudando a formar a convicção dos vereadores para a posterior votação". Dentre as principais preocupações dos que são contrários aos PIDS estão questões relativas à preservação ambiental, aos impactos da especulação imobiliária no valor das moradias em Barão Geraldo, à ausência da garantia de unidades de moradia popular e à estrutura municipal de atendimento à saúde.

Os críticos à iniciativa também contestaram a lei complementar 207 de 2018, que em seu segundo artigo acresce a área contígua ao Polo Estratégico de Desenvolvimento - Unicamp/Ciátec II como zona de perímetro urbano e não mais rural, o que viabilizaria a exploração imobiliária do local. "O custo com moradia, transporte e serviços em Barão já é muito caro, correndo o risco, com esse projeto, de expulsar as pessoas de baixa renda do distrito em um processo de gentrificação (segregação socioespacial)", apontou a professora e assessora do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema), Regina Célia da Silva.

A secretária de urbanismo de Campinas, Carolina Baracat, explicou que a audiência marca a conclusão de um trabalho que começou em 2018 e se consolidou em 2019. O propósito do PIDS, segundo ela, é a qualificação da área. "Em uma região sem infraestrutura e com tantas empresas de tecnologia e inovação, é preciso que haja condições para o comércio, moradia e serviços que podem atrair mais startups, empresas incubadoras e de tecnologia", explicou. Ela afirmou também que na região as ruas são estreitas, sem coleta de esgoto e sem a consideração à questão da conservação ambiental. Os empreendimentos do Ciátec I foram feitos em glebas, de propriedade particular, e com o PIDS se tornarão lotes que devem seguir as regras do projeto, como acesso viário, porcentagem de 30% do terreno verde para garantir a permeabilidade do solo e a construção de corredores ecológicos.

A advogada, professora e moradora de Barão Geraldo, Ernestina Gomes de Oliveira, questionou a finalidade social para as construções domiciliares. "O texto diz que pode ter empreendimento de interesse social, mas isso depende do que for mais interessante para o empreendedor e não para a população que necessita de moradia".

Segundo o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Marcelo Coluccini,



A professora Regina Célia da Silva manifestou preocupação com o possível aumento dos custos de moradia e transporte com a criação do PIDS

as finalidades das construções são reguladas pelo mercado imobiliário, cabendo ao poder público, por meio de incentivos legais, a exigência de que haja destinação social para os imóveis a serem construídos. Ele também reforçou que está proibida a construção de condomínios fechados e os edifícios não devem ultrapassar sete andares, privilegiando áreas comuns de convívio com disposição de ciclofaixas. "O PIDS tem a previsão da conservação dos núcleos existentes e a criação de corredores ecológicos. Sem a aprovação desse projeto, pode ocorrer a exploração imobiliária da área sem as devidas regras aqui exigidas", ponderou.

Com posicionamento crítico ao projeto, a vereadora Mariana Conti (PSOL) levantou o problema das mudanças climáticas, intensificadas através das ações humanas: "A cidade sofreu com chuvas torrenciais, ocasionando alagamentos e mortes. O governo insiste em ações que vão impermeabilizar mais o solo. São áreas verdes, que têm fragmentos de mata, essenciais para a recarga hídrica e também para o escoamento da água e manutenção do equilíbrio térmico".

Em resposta, o representante da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Victor Moraes Ribeiro, afirmou que "tem certeza de que a

área não será impermeabilizada, pois são garantidas 30% de área verde para cada imóvel, mais as áreas de planície de inundação, sistema de lazer e matas preservadas, que estão protegidas pela lei orgânica do município".

A respeito da fiscalização popular do PIDS, o vereador Rossini afirmou que foi criada uma comissão de acompanhamento composta por moradores de Barão, que encaminhou propostas de adequação e alteração do projeto de lei.

"Toda ação de desenvolvimento gera impacto. Por isso, é preciso avaliar esse grau de impacto e procurar quais são as ações de mitigação mais adequadas". O presidente da Câmara também afirmou que será realizada uma segunda audiência pública, com data a ser definida, antes da apreciação das comissões e da votação do mérito.

Ao final da audiência, o presidente da Comissão de Constituição de Legalidade, Jorge Schneider afirmou que o projeto está na pauta e será votado (quarta-feira 30/10). "Depois será marcada essa nova audiência, porque segundo o regimento só pode haver uma nova audiência entre a primeira e a segunda votação. Vamos ouvir todos os interessados em participar da discussão. É um projeto bastante complexo e ele precisa estar bem maduro para compor o futuro de Campinas".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 8